

CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Governo Lula esperou fim da eleição para afastar investigadores do caso Master

■ O Governo Lula esperou o resultado da eleição para fazer um movimento que tende a melar de vez as investigações que miram Alexandre de Moraes e Daniel Vorcaro.

■ Os dois policiais que descobriram os diálogos entre o ministro do STF e o dono do Banco Master foram afastados do caso pela cúpula da Polícia Federal.

■ Justamente os dois investigadores que estavam na linha de frente destrinchando a teia de relações não republicanas do banqueiro com gente graúda não só no STF mas em outras esferas da República.

■ E esses afastamentos ocorreram somente após a eleição por conta do desgaste que provocariam na campanha de Lula, que passou os últimos meses tentando se desvincular de Moraes.

■ Se outro candidato tivesse sido eleito, essa articulação sequer aconteceria, porque o comando da PF mudaria de mãos a partir de janeiro do ano que vem.

■ Agora, caberá ao chefe da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, que foi segurança de Lula antes de assumir o posto, indicar os novos nomes para a Coordenadoria-Geral de Repressão à Corrupção, Crimes Financeiros e Lavagem de Dinheiro.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL.



Caberá ao chefe da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, indicar novos nomes para o cargo

EUA identificam falhas na prestação de contas de recursos para promover democracia em outros países

■ Um relatório do Escritório de Prestação de Contas do Governo dos Estados Unidos (GAO, órgão de fiscalização vinculado ao Congresso dos Estados Unidos, identificou problemas generalizados na prestação de informações sobre recursos norte-americanos destinados à promoção da democracia em outros países. O documento, divulgado nesta sexta-feira (6/11), revela que 36 das 37 notificações examinadas apresentaram informações incompletas sobre mecanismos legais utilizados para autorizar a liberação de verbas sujeitas a restrições.

■ A auditoria analisou procedimentos adotados pelo Departamento de Estado americano para informar ao Congresso sobre a utilização de recursos em programas internacionais voltados ao fortalecimento democrático, à proteção dos direitos humanos e ao apoio à sociedade civil.

■ Segundo o documento, aproximadamente 97% das notificações examinadas deixaram de apresentar ao menos uma das informações necessárias para que os parlamentares acompanhassem adequadamente a utilização de autorizações legais excepcionais.

■ Essas autorizações permitem que o governo americano financie determinadas iniciativas no exterior mesmo quando outras normas estabelecem restrições à transferência de recursos.

■ Embora todas as 37 notificações tenham identificado o mecanismo legal utilizado e apresentado justificativas para sua aplicação, apenas uma detalhou as disposições legais cujas restrições seriam afastadas para permitir o financiamento.

■ O levantamento também examinou 101 notificações relacionadas a programas de promoção da democracia entre 2021 e 2024. Desse total, aproximadamente 40% permitiam estabelecer uma ligação identificável entre os programas financiados e o uso das autorizações excepcionais.

■ Para os auditores, a ausência de informações completas "dificulta o acompanhamento dos recursos públicos pelo Congresso e reduz a transparência sobre as condições em que o dinheiro americano é destinado a iniciativas internacionais".

■ O relatório também examinou comunicações encaminhadas pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que desempenhava papel relevante na execução de programas de assistência externa.

■ Em 2025, o governo anunciou o encerramento das atividades de assistência internacional da agência, com a transferência de parte de suas atribuições ao Departamento de Estado.

■ Apesar da reorganização, o Congresso americano destinou US$ 205 milhões (cerca de R$ 1,13 bilhão, na cotação atual) ao Fundo de Direitos Humanos e Democracia do Departamento de Estado em cada um dos exercícios fiscais de 2025 e 2026.

■ Diante dos problemas identificados, o GAO recomendou que o Departamento de Estado aperfeiçoe suas orientações internas para assegurar maior clareza nas notificações encaminhadas ao Legislativo.

Delegados afastados de chefias pela PF foram questionados por Mendonça sobre pressões no caso Master

■ Os dois delegados afastados de cargos de chefia pela Polícia Federal (PF) em meio às investigações do Banco Master já haviam sido chamados pelo ministro André Mendonça (STF) a prestar esclarecimentos sobre possíveis pressões sofridas durante as apurações. Em despacho assinado em 13 de setembro, o magistrado determinou que Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes, além de outros dois investigadores, informassem se haviam enfrentado constrangimentos no exercício de suas funções.

■ A determinação consta de uma petição que trata de desdobramentos das investigações envolvendo o banqueiro Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master. No documento, Mendonça estabeleceu prazo de 24 horas para que os delegados esclarecessem as circunstâncias em que materiais da investigação foram encaminhados ao seu gabinete, em 8 de março deste ano.

■ O ministro mencionou a existência de divergências sobre a entrega dos documentos e ressaltou que não havia sido indicada decisão judicial que determinasse o encaminhamento do material.

■ Diante disso, solicitou ao presidente do STF que determinasse a prestação de informações aos quatro delegados responsáveis pela representação inicial apresentada. Além de Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes, o despacho menciona Victor Arruda de Oliveira e Guilherme Alves de Siqueira.

■ Mendonça pediu esclarecimentos sobre as circunstâncias e o contexto da entrega do material, bem como sobre "eventuais constrangimentos sofridos ao longo das investigações".

RESTRUTURAÇÃO NA PF

■ Segundo reportagem do Metrópoles publicada nesta segunda-feira (9), as dispensas ocorreram em meio a uma reestruturação interna da Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores (Cinq).

■ A Polícia Federal (PF) afirmou que as mudanças são de natureza administrativa e não alteram as equipes responsáveis pelas investigações em andamento.

■ No despacho de setembro, Mendonça também se posicionou contra a inclusão de novos elementos no julgamento que estava previsto para ocorrer naquela ocasião, incluindo a abertura integral das informações armazenadas no celular de Vorcaro.

■ Segundo o ministro, a medida poderia tumultuar o julgamento e comprometer o andamento das investigações.